

Pará discute com AGU regularização fundiária

Governador teve reuniões para tentar pacificar áreas de conflito

Marco Santos/Agência Pará

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), avançou, nesta quarta-feira (4), em Brasília, em uma articulação junto ao Advogado-Geral da União, Jorge Messias, com o objetivo de garantir a regularização fundiária de terras produtivas no Pará, beneficiando cerca de oito mil famílias e 40 mil pessoas.

O objetivo é garantir que produtores e agricultores familiares que vivem na gleba Maguari, na região de São Félix do Xingu, Xinguará, Água Azul do Norte e Canaã dos Carajás; e nas áreas dos territórios de Cachoeira Seca, nos municípios de Altamira, Placas e Uruará; e Ituna-Itatá, na bacia hidrográfica do rio Xingu, tenham garantidos os seus títulos de terra e, com isso, acesso a direitos fundamentais.

A reunião contou com a participação dos deputados estaduais Torrinho Torres e Aveilton Souza, além do presidente do Instituto de Terras do Pará, Bruno Kono.

“Estamos voltando para debater temas importantes na esfera ambiental e fundiária, particularmente aqui discutir a Gleba Maguari, Cachoeira Seca e Ituna-Itatá”, disse Barbalho.

“São áreas que hoje vivem um ambiente conflituoso e nós estamos buscando a mediação da AGU para dar uma solução que garanta o direito à propriedade àqueles que ali estão, ao tempo em que se concilia



Helder discutiu soluções para agricultores familiares do Pará

áreas de preservação ambiental e áreas indígenas”.

O governador também ressaltou o papel da AGU na construção de soluções institucionais entre os diferentes órgãos envolvidos nas discussões.

“Quero agradecer ao advogado-geral da União, Jorge Messias, pela sua diligência junto com todo o time da AGU e, acima de tudo, pelo papel da conciliação, para que a gente possa dialogar com a Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], com o In-cra [Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária], com o Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis] e, principalmente, dar uma mensagem de tranquilidade e paz para as comunidades locais”, afirmou.

Conciliação

O advogado-geral da União, Jorge Messias, reforçou o compromisso do órgão em colaborar com o Estado na busca de soluções técnicas e conciliatórias para as questões fundiárias apresentadas pelo governo do Pará.

“Quero reforçar o nosso compromisso com o Estado do Pará e com a população paraense de construir, pacificamente, soluções para uma questão tão importante, que é o direito à

terra”, afirmou.

Segundo Messias, a atuação conjunta entre o governo do Pará e a AGU busca assegurar direitos e promover estabilidade social nas regiões envolvidas.

“É o nosso compromisso, em um curto espaço de tempo, construir, da melhor forma possível e tecnicamente, soluções que assegurem o direito à propriedade e a função social da terra, de forma pacífica e ordeira, para que as pessoas possam ter tranquilidade no seu dia a dia. Construir consensos é o que nos move, porque isso significa promover o bem comum”, destacou.

Agência Pará de Notícias

Em Roraima, páes para pessoas com deficiência

A Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social de Rondônia (Setrabes) inaugurou nessa terça-feira (3) a nova cozinha de panificação do Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (CIAPD).

A cozinha, denominada Espaço Café Jardim, foi estruturada para atender os 620 usuários assistidos pela unidade, garantindo quatro refeições diárias: café da manhã, lanche, almoço e lanche da tarde.

O espaço também irá ampliar as ações de inclusão e promoção da autonomia.

O governador Antonio Denarium (PP) afirmou que o investimento na área social segue como uma das principais diretrizes da gestão estadual, com foco na ampliação de serviços e na melhoria da qualidade de vida da população mais vulnerável.

“Inauguramos uma nova cozinha industrial no Centro Integrado à Pessoa com Deficiência, que atende 620 pessoas diariamente, oferecendo cursos de capacitação e melhorando a qualidade de vida. O governo investe em várias ações sociais, incluindo a cesta da família e abrigos. Essa nova cozinha vai melhorar a alimentação e a recuperação das pessoas com deficiência”, finalizou.

Oficinas

A secretária de Trabalho e Bem-Estar Social, Tânia Soares, ressaltou que o novo espaço integra alimentação adequada, capacitação e acolhimento em um ambiente estruturado.

“Estamos comemorando a reinauguração da cozinha de panificação do CIAPD, que são essenciais para realizar oficinas com nossos usuários e suas famílias. Além de apresentações de cada unidade de acolhimento, incluindo infância, juventude, melhor idade e adolescentes com deficiência. Agradecemos ao governo do Estado pelo apoio e priorização da política da pessoa com deficiência”, afirmou.

Além do fornecer as refeições diárias, a cozinha passa a integrar as atividades pedagógicas, terapêuticas e de capacitação desenvolvidas pelo Centro. O ambiente permitirá o desenvolvimento de habilidades, o fortalecimento da independência e o incentivo à inclusão social.

Fórum debate uso da Lei Rouanet na cultura da região Norte

Gabi Vitim/Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa



Encontro debateu formas de aumentar fomento

Manaus (AM) recebeu, nesta quarta-feira (4), a abertura da programação da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC Itinerante), iniciativa do Ministério da Cultura (MinC) que promove o Fórum de Incentivo à Cultura – O Agente Cultural e a Lei Rouanet.

O encontro é realizado pelo MinC, por meio da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, em parceria com o Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

A capital amazonense também sedia a 368ª reunião ordinária da CNIC, ampliando a participação da região Norte e aproximando os agentes culturais aos mecanismos de incentivo fiscais previstos na Lei Rouanet,

promovendo esclarecimentos técnicos e ampliando o diálogo entre gestores públicos, produtores, artistas e iniciativa privada.

A programação da manhã ocorreu no Salão Rio Solimões, no Centro de Manaus, com re-

ceptivo cultural e abertura oficial com autoridades.

Em seguida, foi realizada a palestra “O Mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais da Lei Rouanet”, conduzida por Thiago Rocha Leandro, secre-

tário de Fomento à Cultura do Ministério da Cultura, que apresentou orientações técnicas sobre o funcionamento da legislação, critérios de análise e captação de recursos.

Significado

Durante a abertura, o secretário-executivo de Cultura e Economia Criativa do Amazonas, Cândido Jeremias, destacou o significado do encontro para o estado.

“É um grande prazer fazer parte desse marco histórico para a cultura aqui do estado do Amazonas”, afirmou. Ele também ressaltou a necessidade de fortalecer a captação de recursos junto à iniciativa privada. “Hoje a dificuldade é na captação de recursos pelo poder privado”, pontuou.